

Desvantagens do 2º turno

17 MAR 1991

Barbosa Lima Sobrinho*

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL

Talvez que um dos males do segundo turno eleitoral tenham sido os 35 milhões de votos apurados em favor da candidatura do sr. Fernando Collor de Melo. É de supor que essa votação tenha deslumbrado o candidato, como se fosse uma consagração, dando-lhe a impressão de um apoio total do eleitorado brasileiro, para que esquecesse os 20.445 mil votos conquistados no primeiro turno, que indicavam a preferência real pelo seu nome. Afinal, os 35 milhões resultavam da soma do índice de rejeição de todos os candidatos, que vinham disputando o pleito presidencial. Votos de exclusão, e não de preferência, mas que podiam dar ao candidato, como chegaram a dar, a impressão de que contava com o apoio maciço da população brasileira, e não apenas com os 28% do primeiro turno. Os 35 milhões de votos podiam deixar a impressão de que o Brasil elegera um ditador, e não um Presidente da República para dividir o seu poder com o Judiciário e com o Congresso Nacional, que não contavam ninguém que houvesse obtido 35 milhões de votos do eleitorado brasileiro. Por sinal que os 35 milhões de votos representavam apenas a maioria do eleitorado que comparecera às urnas, pois que, em face dos 82 milhões do eleitorado nacional, tinham que se contentar com uma percentagem de 42%, o que estava longe de valer como verdadeira maioria. De qualquer modo uma vitória expressiva, mas nunca um diploma imperial. O segundo turno pode reunir números ilusórios, como chegou a perceber, antes do pleito final, a sensibilidade política do sr. Leonel Brizola, quando sugeriu, num programa de televisão, a sua desistência e a do candidato do Partido dos Trabalhadores, em favor do candidato do PSDB, o sr. Mário Covas, que podia enfrentar o segundo turno com um índice de rejeição menor do que os que afastavam os candidatos do PT e do PDT. Um índice de rejeição que iria levar à candidatura do sr. Fernando Collor os 15 milhões de votos com que superaria os 31 milhões de votos de seu competidor.

Tudo indica que esses 35 milhões de votos subiram também à cabeça da equipe econômica do Sr. Fernando Collor de Melo, para a elaboração de um plano de consenso, que abrangia não apenas as cadernetas de poupança, como os saldos das contas correntes depositadas nos bancos de todo o país, sem levar em conta os direitos de propriedade, resguardados, energicamente, na Constituição que acabava de ser promulgada. E de abrir margem a uma enxurrada de Medidas Provisórias que desviavam para o Poder Executivo o exercício de faculdades essenciais do Poder Legislativo, para deixar a impressão de que tanto o Senado Federal, como a Câmara dos Deputados, eram excrescências inúteis, e dispendiosas, na organização dos poderes da República. Para que Deputados e Senadores, quando se dispunha de tantos tecnocratas, senhores da ciência universal, verdadeiros Picos de La Mirândola, perdidos e esquecidos nas secretarias do Brasil? O que os constituintes adotavam como solução urgente e excepcional, tornava-se, na verborragia dos tecnocratas, o meio de substituir a ignorância dos legisladores pela sabedoria dos redatores das Medidas Provisórias, contando com a passividade e a obediência do Poder Legislativo, que talvez estivesse até gostando da inércia a que estavam condenados. Não era só o trabalho que se desvia, mas também a responsabilidade, que podia ser fonte de impopularidade, num Brasil em que só as pesquisas dos órgãos de opinião vinham encontrando os eleitores que haviam concorrido para os 35 milhões de votos do segundo turno. O que acabou tendo efeitos favoráveis, quando se sabe que o Poder Executivo

pôde usar de todas as medidas que desejava, para combater a inflação, que não se intimidou com os golpes de cara e nem mesmo com os tiros certeiros do excelente atirador que estava na Presidência da República, nem mesmo com a fascinante personalidade da Ministra da Economia. Parece que os números têm ouvidos fechados ao que não pode passar de jactância e de autoconfiança, sempre atentos à realidade de cada dia. Como se pode ver com essa decepcionante redução de 4,6% do Produto Interno Bruto do Brasil que, em vez de caminhar para a sétima economia do mundo está recuando para a nona, pois que a oitava já está acima de suas forças, nas estatísticas do Banco Mundial. Como se a rampa do palácio do Planalto servisse mais para descer do que para subir, naquele espetáculo diário que lembra a mudança da guarda do Palácio de Buckingham, em Londres, conservada como apanágio da realeza britânica. A queda do PIB, como estou lendo no *Jornal do Commercio*, "é a maior desde 1947". É ainda desse jornal o comentário que, "em 1990, portanto, os brasileiros viveram a pior recessão na história do Brasil, uma vez que o País ficou 4,6% mais pobre, em relação a 1989." Isso significa, pelos números do IBGE que, na média, o brasileiro ganhou quatro salários mínimos mensais, no ano passado, e que a concentração de renda agravou-se em 1990, passando a ganhar apenas dois salários mínimos, respeitados os valores verificados no ano anterior. Em resumo, um país mais pobre, com essa redução de 4,6% do Produto Interno Bruto, que nos afastou do oitavo lugar da economia do mundo e que tantos louvores conquistara, não obstante a concentração de rendas que fazia, do Brasil, o símbolo, por excelência, do capitalismo selvagem.

E não menos grave é a desvalorização de nossa moeda nacional, o desgraçado cruzeiro, que muda de nome, na esperança de melhorar de valor. A 15 de março de 1990, quando chegava ao poder o sr. Fernando Collor de Melo, podia-se comprar um dólar com 80 cruzeiros. Houve até um momento de euforia, em que bastavam 40 cruzeiros. Mas, com o decorrer do ano, o dólar foi exigindo cada vez maior quantidade de cruzeiros, até agora, pelo menos, 250 cruzeiros; três vezes mais do que nos tempos do sr. Sarney. Resultado de tantas Medidas Provisórias? Dos confiscos da fase inicial? Das demissões que não resultam em economia, quando o funcionário passa a ganhar, sem trabalhar, o mesmo ordenado que recebia antes? E quando não se traduz em economia, qual o objetivo do ato governamental? Esvaziar as repartições, tantas e tantas vezes sem qualquer projeto do serviço público? Estimular a vagabundagem? Ou abrir espaço para manifestações de sadismo dos que se deslumbram com a autoridade que passaram a exercer? Não faltam interrogações, para o divertimento dos psicanalistas, sobretudo para os que também tenham sido demitidos.

Que estamos atravessando momentos difíceis, basta lembrar que economistas de profissão procuram valer-se de grandes filósofos da Antiguidade, como Aristóteles e Francis Bacon, arriscando-se a imprecisões que Rolando Corbisier se apressa em corrigir. Afinal, restaurar o crédito do Brasil não seria mais do que pôr em dia o pagamento dos juros vencidos, em nossa dívida externa. O que não poderia deixar de alegrar os bancos estrangeiros, com a liquidação das reservas, que o Governo brasileiro procura, sensatamente, resguardar da sanha dos cobradores.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa